



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 39/2022, em que são recorrentes **José António Garcia Cardoso** e **Maria de Fátima Mendes Moreno** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 117/2023

(Autos de Amparo 39/2022, José António Garcia Cardoso e Maria de Fátima Mendes Moreno v. TRS, Inadmissão por Não-Atributibilidade de Violação ao Órgão Judicial Recorrido; por Não-Esgotamento de Todas as Vias Legais e por Ausência de Pedido de Reparação)

I. Relatório

1. O Senhor José António Garcia Cardoso e a Senhora Maria de Fátima Mendes Moreno, casados em comunhão de adquiridos, interpuseram recurso de amparo, impugnando o Acórdão TRS 273/2022, de 04 de novembro, relacionando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. O Tribunal da Relação de Sotavento negou provimento ao recurso interposto pelos recorrentes e em função disso terá alegadamente violado os seus direitos fundamentais;

1.2. Em síntese, dizem ser “legítimos possuidores dos prédios objeto do presente processo”;

1.3. Assim sendo, relatam que:

1.3.1. Por se sentirem lesados nos seus direitos de posse e de propriedade, intentaram contra os apelados uma ação de condenação;

1.3.2. Entretanto, o Meritíssimo Juiz da Comarca de Santa Cruz, sem ter marcado audiência de tentativa de conciliação, ordenou a citação dos apelados;

1.3.3. Estes, uma vez citados, antes de apresentarem a contestação, requereram providência cautelar de restituição provisória de posse contra os recorrentes;

1.3.4. Além disso, ao tomarem conhecimento, através das testemunhas, da existência da providência, informaram ao Meritíssimo Juiz que havia um processo pendente cujo objeto de litígio era o mesmo terreno;

1.3.5. Apesar do alerta sobre a pendência dos autos principais, o Juiz da Comarca de Santa Cruz, antes de ordenar a citação dos recorrentes, “julgou procedente por provada a providência intentada contra os recorrentes” e decidiu pela restituição da posse do terreno em disputa a favor dos autores da mesma;

1.3.6. Entendem, por isso, que, por ter conhecimento da existência do processo onde os recorrentes alegaram factos constitutivos de direito de propriedade e de posse titulada, com a decisão precipitada, o juiz terá violado o que designam o sacrossanto princípio do contraditório;

1.3.7. Já que se limitou a defender a decisão proferida antes do contraditório dos recorrentes, “retirando das declarações das testemunhas os factos que mais lhe convinha, desconsiderando os factos que não encaixavam na sua tese de restituição de posse”;

1.3.8. Referem que, entretanto, o que lhes causou maior estranheza foi o facto de terem deduzido embargos e o mesmo juiz ter-lhes pedido para clarificarem factos alegados pela outra parte na providência;

1.4. Do ponto de vista do direito, consideram que:

1.4.1. O juiz, ao ter permitido duas audiências de produção de provas testemunhais e ter preterido o exercício do contraditório, e ainda omitido diligências de prova, sem qualquer fundamentação, em claro prejuízo dos recorrentes, “demonstrou que o contraditório e a igualdade entre as partes não deve ser a bússola das decisões judiciais”;

1.4.2. Tudo isso feriria “mortalmente o princípio da igualdade substancial das partes e do contraditório, nos termos dos artigos 3-A, n.º 1, 2 e 3, 5º, todos do CPC, principalmente, no uso de meios de defesa e no exercício de faculdades, artigo 24º e 69º, todos da CRCV”;

1.4.3. Dando como exemplo a forma como terá sido conduzido o processo, indicam que foi permitido que uma das testemunhas, que terá sido fundamental para o decretamento da providência, pudesse corrigir a declaração anteriormente prestada, quando confrontada com documentos médicos que atestavam que o recorrente José Cardoso não se encontrava no local.

1.4.4. Defendem que “tem sido posição firme, dominante e sem contestação da jurisprudência e da doutrina que, deduzida oposição a uma providência cautelar anteriormente decretada, pode o requerente da providência oferecer articulado de resposta, ficando-lhe, contudo, vedada a possibilidade de oferecer novos meios de provas”.

1.4.5. Alegam que neste caso concreto, uma vez decretada a providência da restituição da posse, os requeridos deduziram oposição, mediante embargos, apresentando contestação e meios de prova documental e testemunhal;

1.4.6. Que “durante a inspeção ao local, os recorrentes manifestaram o descontentamento sobre a possibilidade de nova prova dos embargados, por não poderem oferecer novos elementos de prova, mormente nova prova testemunhal”;

1.5. Apresentam ainda a seguinte argumentação:

1.5.1. Apesar de tudo, o Tribunal recorrido terá permitido uma nova janela de prova, e ouviu todas as testemunhas dos embargos, durante o embargo, resultando assim, que os requerentes embargados tivessem usufruído de duas audiências de produção de provas testemunhais, uma durante a providência cautelar sem a presença dos ora recorrentes e outra durante a produção de prova nos embargos;

1.5.2. Insurgem-se contra a situação dizendo ser revoltante e que indigna qualquer consciência jurídica que, num processo cível, comumente reconhecido como prova das

partes, uma parte possa usufruir de duas audições de prova, sendo que uma delas, sem o contraditório, ou seja, “afirmando o que lhe apetece”;

1.5.3. Para confirmar a impossibilidade de produção de provas novas no incidente de embargo pelo requerente, remetem para os ensinamentos de António Geraldes quando diz que “jamais o princípio do contraditório pode ser levado ao ponto de facultar ao requerente a proposição de novos meios de prova, sob pena de se transformar o incidente da oposição numa verdadeira ação semelhante aos embargos à providência que, no anterior sistema, se encontravam regulados nos arts. 405º e 406º, e que o legislador pretendeu afastar”, como resultaria claramente do Preâmbulo do Decreto-Lei nº 329-A/95.

1.5.4. Alegam, fazendo referência a vários acórdãos do STJ de Portugal, que nos procedimentos cautelares, com a dedução da oposição, abre-se uma nova fase processual, dominada pelo princípio do contraditório, em que se procura reequilibrar a posição de ambas as partes, dando a possibilidade ao requerido, não ouvido anteriormente, de alegar factos e produzir meios de prova que não foram tomados em atenção aquando do deferimento da providência.

1.5.5. Alinhando com a tese de António Geraldes concluem que “[n]a verdade, um tal sistema de oposição por embargos foi assumidamente rejeitado, aliás, em discordância com o que constava dos Anteprojetos divulgados pelo Ministério da Justiça em 1988 e 1993, tendo o legislador justificado a mudança com a afirmação deixada no preâmbulo do Dec. Lei nº 329 A/95 de que se pretendeu evitar a transformação da oposição à medida cautelar numa verdadeira acção declarativa em que os embargos à providência atualmente se traduzem”.

1.5.6. Para eles, o Tribunal da Comarca de Santa Cruz, ao concluir sem o contraditório que os embargados tinham a posse, “não decidiu a partir da ideia inicial (de qualquer processo) que era (e é) de que lado está o direito”;

1.5.7. Defendendo a sua posição anterior, terá transformado toda a prova produzida pelos recorrentes em inverdades ou provas falsas, tornando-as completamente ineficazes,

1.5.8. Porque, na verdade, existiria título de propriedade e declarações de testemunhas que sustentam a pretensão dos recorrentes.

1.5.9. Assim sendo, inconformados com a decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento o qual, julgando o seu recurso improcedente, não terá acautelado a questão por eles suscitada e os documentos que demonstram a existência de título de propriedade e testemunhas que provam a posse;

1.6. Em suma, entendem por isso que o Tribunal recorrido violou os seguintes direitos fundamentais: a) direito a um processo justo e equitativo e liberdades (artigo 22º, da CRCV); b) direitos ao contraditório, igualdade e audiência prévia (artigos 3º e 5º, todos do CPC, 24º da CRCV); c) direito à propriedade (artigo 69º, da CRCV).

1.7. Quanto ao cumprimento dos pressupostos de admissibilidade, dizem que:

1.7.1. Por terem sido notificados no dia 14 de novembro de 2022, o recurso seria tempestivo;

1.7.2. Teriam legitimidade;

1.7.3. Recorrem contra ato de poder público lesivo dos seus direitos fundamentais;

1.7.4. Teriam sido esgotadas todas as vias de recurso ordinário.

1.8. Terminam o seu requerimento pedindo que o presente recurso seja:

1.8.1. Admitido, nos termos do art.º 20º da CRCV, 2º, 3º todos da Lei de Amparo;

1.8.2. Julgado procedente e, em consequência, alterado o *Acórdão 273/2022, de 4 de novembro de 2022*, do tribunal recorrido (Tribunal da Relação de Sotavento);

1.8.3. Concedido amparo e, em consequência, sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (processo justo e equitativo, igualdade, contraditório, audiência e propriedade, artigos 22º, 24º e 69º, todos da CRCV);

1.8.4. Oficiado o Tribunal da Relação de Sotavento, para fazer chegar a este processo a certidão de todo o processo (autos de apelação n.º 77/2022).

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes referem que o acórdão recorrido foi-lhes notificado no dia 14 de novembro, mas não teriam juntado qualquer documento comprovativo. Como o requerimento de recurso foi enviado por correio eletrónico no dia 12 de dezembro de 2022, somente se se confirmar que o acórdão recorrido foi notificado aos recorrentes na data por eles assinalada, o recurso revelar-se-á tempestivo;

2.2. O requerimento parece cumprir com os requisitos dos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo, os recorrentes teriam legitimidade, os direitos invocados seriam suscetíveis de amparo e não constaria que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.3. Contudo, teria dúvidas a respeito do cumprimento do pressuposto de esgotamento das vias de recurso ordinário, porque a decisão impugnada foi proferida nos autos de uma providência cautelar de restituição provisória de posse. Mas, como não consta dos autos qualquer informação sobre o valor da causa, caso se confirme que o valor da causa dos autos de apelação n.º 77/2022 tenha sido superior a 3.000.000\$00 (três milhões de escudos) entende que o presente recurso de amparo deve ser rejeitado. Não se entendendo deste modo ou sendo atestado que o valor da causa é inferior a três milhões de escudos, estariam esgotadas todas as vias de recurso ordinário, devendo, no entanto, os recorrentes, juntar a procuração forense aos presentes autos, regularizando a representação exercida pelo seu advogado.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 11 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do Tribunal Constitucional.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 87/2023, de 6 de junho*, através do qual os juízes conselheiros decidiram que os recorrentes deveriam ser notificados para, querendo, suprirem as deficiências constantes do seu requerimento: a) Indicando em concreto quais os atos, factos ou omissões que na sua opinião teriam violado os seus direitos fundamentais; b) Identificando o amparo que entendem dever ser-lhes concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais, alegadamente violados; c) Apresentando a base de legitimação permissiva da utilização do Preâmbulo do DL N. 329-A/95 e de anteprojetos que são referidos na peça de interposição do recurso em escrutínio de violação de direitos em Cabo Verde e os respetivos textos mencionados; d) Juntando aos autos a competente procuração que habilita o subscritor da peça a representá-los.

3.2. A decisão foi notificada aos recorrentes no dia 07 de junho, às 15:57, e, em reposta a esta, os recorrentes protocolaram uma peça intitulada “Aperfeiçoamento do Recurso”, no dia 09 de junho.

3.2.1. Na peça acima referida, como forma de suprir o suscitado na alínea c) do dispositivo do acórdão 87/2023, os recorrentes optaram pela retirada dos argumentos apresentados com base nos documentos solicitados;

3.2.2. Em relação à questão elencada em b), identificaram como amparo a ser-lhes concedido, a declaração de que o Tribunal recorrido violou os seus direitos de defesa/contraditório, igualdade, direito a um processo justo e equitativo e direito à propriedade, pedindo, em consequência, que seja declarado nulo o acórdão recorrido, restabelecendo assim os seus direitos fundamentais violados;

3.2.3. Em relação à exigência de indicação dos atos, factos ou omissões que na sua opinião violaram os seus direitos fundamentais, os recorrentes, de certa forma, acabaram por reproduzir o que já tinham alegado na sua petição inicial, na secção destinada à exposição das razões de facto e nas conclusões;

3.2.4. Entretanto, apontaram como “questões” que na sua opinião terão violado os seus direitos fundamentais, “a não audição prévia antes do decretamento da providência” e “permitir que os embargados produzam por duas vezes provas e possibilitar que as

testemunhas corrijam e retratam os seus depoimentos quando confrontado com provas documentais”.

3.2.5. Juntaram a cópia da competente procuração que habilita o subscritor da peça a representá-los.

4. Marcada nova sessão de julgamento para o dia 22 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a

existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, apesar dos recorrentes terem apresentado a sua peça recursal na secretaria deste Tribunal indicando expressamente que se tratava de um recurso de amparo e terem integrado um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos, o seu conteúdo não permitiu de todo discernir as condutas que os recorrentes estariam concretamente a impugnar e o modo como poderiam ser atribuídas ao órgão judicial recorrido e não juntaram documentos essenciais à aferição de admissibilidade.

2.3.5. Assim sendo, o Tribunal julgou necessário serem notificados os recorrentes para indicarem em concreto quais os atos, factos ou omissões que na sua opinião violaram os seus direitos fundamentais, identificarem o amparo que pretendem dever ser-lhes concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais alegadamente violados, apresentar a base de legitimação permissiva da utilização do preâmbulo do DL N. 329-A/95 e de anteprojetos que são referidos na peça

de interposição do recurso em escrutínio de violação de direitos em Cabo Verde e os respetivos textos mencionados e juntar aos autos a competente procuração que habilita o subscritor da peça a representá-los.

2.3.6. Apresentada a peça de aperfeiçoamento de recurso a 09 de junho de 2023, portanto, dentro do prazo de dois dias determinado no artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nela os recorrentes indicaram certas condutas como violadoras dos seus direitos fundamentais que pretendem impugnar, atribuíram-nas a órgãos específicos, apresentaram uma procuração forense, abandonaram o argumento assente num preâmbulo de uma lei aparentemente estrangeira e definiram os amparos que pretendiam obter.

2.3.7. Há de se convir que nem tudo em moldes a melhorar muito a inteligibilidade, nomeadamente quanto à definição precisa das condutas, pois, ao invés de as construírem com o rigor necessário, optaram por apresentar meras questões sem muito mais desenvolvimento. E, além disso, para satisfazer o pedido do Tribunal Constitucional de apresentarem uma procuração a conferir poderes forenses, dentro outros, a dois mandatários, anexam uma procuração assinada por um alegado representante dos dois recorrentes, mas não pelos próprios.

2.3.8. Portanto, é só, *in extremis*, que se pode aceitar que houve aperfeiçoamento nos termos preconizados pelo Tribunal.

3. No essencial, embora com grande dificuldade, consegue-se intuir as condutas que pretendem impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entendem terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almejam obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque parecem dizer na parte da fundamentação que:

3.1. As aparentes condutas consubstanciadas:

3.1.1. No facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz não ter ouvido os recorrentes antes de decretar a providência;

3.1.2. No facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz ter permitido que os embargados produzissem provas por duas vezes;

3.1.3. No facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz ter facultado às testemunhas a possibilidade de corrigir e retratar os seus depoimentos após terem sido confrontados com provas documentais;

3.1.4. Acrescentando ainda que o tribunal recorrido terá ignorado por completo os seus fundamentos.

3.2. As quais terão lesado o seu direito à defesa, ao contraditório e a um processo justo e equitativo e à propriedade; justificando,

3.3. A concessão de amparo de declaração de nulidade do acórdão recorrido e de restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias violados.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se após o aperfeiçoamento do recurso os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. Os recorrentes, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogam ser titulares de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, serem pessoas direta, atual e efetivamente passíveis de serem afetadas pela conduta impugnada, possuem legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a

reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso apreço, tendo sido os recorrentes notificados do acórdão recorrido no dia 14 de novembro de 2022 e o requerimento de recurso dado entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 12 de dezembro pelas 15.30, considera-se que o mesmo foi protocolado oportunamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão nº 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC

Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão nº 29/2019 e Acórdão nº 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. Neste caso concreto, os recorrentes apresentam como condutas lesivas:

5.1.1. O facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz não ter ouvido os recorrentes antes de decretar a providência;

5.1.2. O facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz ter permitido que os embargados produzissem provas por duas vezes;

5.1.3. O facto de o Mmo. Juiz do Tribunal Judicial de Santa Cruz ter facultado às testemunhas a possibilidade de corrigir e retratar os seus depoimentos após terem sido confrontados com provas documentais;

5.1.4. Acrescentando ainda que o tribunal recorrido terá ignorado por completo os seus fundamentos.

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do

regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso ora em análise, o recorrente invoca o seu direito à defesa, ao contraditório e a um processo justo e equitativo e à propriedade, os quais por serem, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, direito análogos ou portadores de certas dimensões de direitos, liberdades e garantias fundamentais são suscetíveis de amparo.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja por serem direitos análogos de proteção judiciária.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, direitos amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste caso concreto, verifica-se, na sequência de oportunidade facultada aos recorrentes para indicarem especificamente quais os atos, factos ou omissões que, na sua opinião, teriam violado os seus direitos fundamentais, as três condutas indicadas na sua peça de aperfeiçoamento são imputadas ao Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, não se articulando o modo como o TRS as terá praticado, se as praticou. Portanto, se as condutas foram praticadas por aquele Tribunal e não por este, não podem ser admitidas, na medida em que, ao abrigo do artigo 3º, parágrafo terceiro, alínea b), a putativa violação não resultaria “direta, imediata e necessariamente” de ato ou omissão imputável ao órgão judicial recorrido. Limitando-se a atribuir a este tribunal recursal a conduta de ter ignorado por completo os seus fundamentos, a única conduta que eventualmente poderia ser atribuída ao próprio TRS, apesar de fundadas dúvidas sobre se, de facto, tal conduta se pode efetivamente atribuir a este órgão recursal, porque o

mesmo considerou os argumentos colocados pelos recorrentes, ainda que não tenha acolhido as teses jurídicas por eles formuladas;

6.2.2. Assim sendo, essa razão já seria suficiente para não se admitir esta conduta, a única atribuída ao órgão judicial recorrido, a trâmite. No entanto, como existem dúvidas sobre o que quis dizer com a equívoca expressão “ignorou”, continua-se, condicionalmente, a verificar se ela preencheria os demais pressupostos de admissibilidade;

7. Um pedido de amparo no sentido de se declarar a nulidade do acórdão recorrido, restabelecendo assim os seus direitos fundamentais violados, parece caber dentro da mecânica de funcionamento do Tribunal e dos remédios que pode adotar para reparar uma vulneração de direito, liberdade e garantia, embora peque pela sua generalidade.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ônus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Em relação à única conduta que atribuíram especificamente ao TRS, a de ter ignorado os seus fundamentos, dela tomaram conhecimento com a notificação do acórdão. Assim, independentemente do que possa considerar a respeito dos pressupostos seguintes, os recorrentes manifestaram de modo tempestivo a sua inconformação, ainda que trazendo diretamente a sua inconformação a este Tribunal.

8.1.2. Tendo intentado recurso de amparo constitucional no dia 12 de dezembro do mesmo ano, independentemente de se saber se não seria exigível uma diligência complementar, o que se enfrentará adiante, pode-se dizer que o fizeram dentro dos parâmetros deste pressuposto.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação que temos em mãos, tendo em conta o previsto no artigo 585, número 4, do CPC, que dispõe que “nas providências cautelares existem apenas dois graus de jurisdição para efeitos de recurso” em consonância com o artigo 601, número 2, alínea 1), desse mesmo código, onde se determina que do “[d]espacho que se pronuncie quanto à concessão da providência cautelar, determine o seu levantamento ou indefira liminarmente o respetivo requerimento”, cabe recurso de apelação, torna-se evidente que não subsistia qualquer outro meio judicial ordinário para impugnar a decisão do Tribunal da Relação de Sotavento.

Não cabendo recurso ordinário para atacar a decisão do TRS, não seria absolutamente desprovido de sentido que, sendo a conduta consubstanciada, conforme o Tribunal Constitucional conseguiu se aperceber, no facto de o TRS ter ignorado os fundamentos do recorrente, discutível seria se não caberia arguir a nulidade do acórdão por ter ignorado, como diz, os seus fundamentos, o que configuraria uma omissão de pronúncia sobre questão que o Tribunal devesse apreciar nos termos do artigo 577, parágrafo primeiro, alínea c), do CPC.

8.2.3. Além disso, dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado,

garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último

tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3. Nesta situação concreta, o que se observa é que os recorrentes ao tomarem conhecimento da decisão do Tribunal da Relação de Sotavento, não parece que pediram reparação.

8.3.1. Por conseguinte, era exigência incontornável que pedido de reparação dirigido ao TRS se seguisse a esse ato judicial na sequência da sua notificação ao recorrente. Porém, tendo o mesmo recebido a notificação da decisão a seguir à sua prolação não alega, nem se depreende dos autos, que tenha pedido reparação no concernente a única conduta que foi atribuída ao órgão judicial recorrido.

8.3.2. Destarte, não parece a este Tribunal que o pressuposto especial de pedido de reparação foi cumprido pelo recorrente, inabilitando, também por esta razão, esta Corte Constitucional de conhecer a questão no mérito (*Acórdão 14/2018, de 28 de junho, Edmir de Barros e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, de 20 de julho de 2018, d); *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Edmir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, d); *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, d); *Acórdão 21/2019, de 27 de junho de 2019, Edgar Silva v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 25/2019, de 1 de agosto, Eder Yanick v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 26 de setembro de 2019, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 47/2019, de 31 de dezembro, Admilson Tavares e Jeremias Montrond v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, de 4 de fevereiro de 2020, d); *Acórdão 04/2020, de 14 de fevereiro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março de 2020, d); *Acórdão*

07/2020, de 6 de março, *Sanou Moussa v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, de 23 de julho de 2020, d); *Acórdão 26/2022, de 24 de junho, Anilton Vieira e Leocádio da Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, de 28 de setembro de 2022, d)).

9. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 10 de julho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Smedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 10 de julho de 2023

O Secretário,

João Borges